

Os municípios na berlinda

Luiz Pladevall (*)

A Constituição de 1988 trouxe importantes avanços para o cidadão brasileiro, mas permitiu a rápida expansão do número de municípios brasileiros

Para barrar a farra, foi preciso uma emenda à Constituição, em 1996, para limitar a criação de novas cidades. Além disso, a Nova Carta Magna impôs novas responsabilidades à municipalidade, mas não indicou as fontes de recursos e não estruturou o apoio técnico necessário para o cumprimento destas obrigações.

Entre os novos deveres, as cidades devem elaborar o Plano Urbanístico, o Plano de Saneamento, o Plano de Resíduos Sólidos. Mas, após 30 anos da promulgação da Constituição, um levantamento da Firjan (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro) aponta que 1.872 municípios ainda dependem das transferências de Estados e da União para garantir o funcionamento da máquina pública.

A expansão do número de novos municípios avançou nas últimas três décadas. São 1.578 novas cidades e a maioria sequer consegue gerar receita suficiente para pagar o salário de prefeito, vereadores e secretários. Apesar da emenda limitadora, está em tramitação no Congresso um projeto de lei que poderá permitir a criação de 400 novos municípios.

Por isso, precisamos repensar o papel dos municípios e as condições mínimas para sua criação. Devemos,

inclusive, reavaliar as atuais condições atuais dessas localidades. Caso necessário, defendemos a possibilidade de fusões para reduzir custos e melhorar as finanças. Assim, haverá possibilidade de novos investimentos na melhoria da infraestrutura e ampliação de serviços à população.

Outro ponto importante é a criação de parâmetros técnicos para a criação de novos municípios, com indicadores mínimos que não dependam apenas da vontade política. Caso contrário, continuaremos a conviver com as precárias condições atuais.

Para se ter uma ideia, em 2016, 2.091 municípios desobedeceram várias obrigações legais simplesmente por registrar restos a pagar superiores aos recursos em caixa, ultrapassando o limite de 60% das receitas com despesas de pessoas.

A penúria das cidades precisa ainda de uma atuação urgente de Estados e da União, não apenas na oferta de recursos financeiros. A maioria dos municípios padece da falta de mão de obra qualificada capaz de produzir planos e também elaborar documentos para a solicitação de verbas federais. O resultado nesses 30 anos de Constituição mostra que uma boa parcela dessas cidades continua enfrentando as mesmas condições de precariedade. Avançar é rever e propor mudanças.

(*) - É presidente da Associação Paulista de Empresas de Consultoria e Serviços em Saneamento e Meio Ambiente e vice-presidente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental.

Críticas ao tabelamento do frete de cargas

Edilson Rodrigues/Ag.Senado



Senador Cidinho Santos (PR-MT).

O tabelamento do frete de cargas é um desastre para a economia brasileira, desarruma o setor produtivo e é inflacionário para os consumidores. Este é o ponto de vista do senador Cidinho Santos (PR-MT). Para ele, os caminhoneiros praticam "chantagem e terrorismo" contra a sociedade brasileira com o movimento que promovem. Referiu-se aos boatos que circularam pelas redes sociais durante o final de semana, dando conta que a categoria entraria novamente em greve devido ao aumento de 13% no preço do óleo diesel.

O parlamentar ressaltou que as falsas notícias provocaram filas em postos de combustíveis em diversas partes do país, o que no seu entender, deu "efetividade à chantagem", pois o governo cedeu e reajustou também a tabela do frete. "A reivindicação dos caminhoneiros em relação aos aumentos no diesel é justa,

mas sou contra o tabelamento do frete como solução. Ao final, encarece a logística pro produtor, que não tem outra saída a não ser repassar para o preço final. O fato é que hoje há mais oferta que demanda por frete, e a conta está sendo passada pro consumidor pagar", criticou.

Para o senador, a intervenção estatal nessa relação de mercado deveria se dar, no máximo, na definição de preços de referência para o frete, preservando a livre concorrência. Cidinho lembra que muitas empresas já vêm optando pela formação de transportadoras próprias, o que poderá causar um grande prejuízo aos caminhoneiros autônomos. Ele citou ao final uma pesquisa da Fiesp, que aponta que 55% das empresas repassarão o crescimento dos custos aos consumidores, em um efeito-cascata que aumentará a cesta básica em 12% (Ag. Senado).

Próximo presidente poderá participar da elaboração do Orçamento

O próximo presidente da República já poderá ter participação na peça orçamentária de 2019, sugerindo mudanças aos parlamentares

A informação é do ministro do Planejamento, Esteves Colnago. Ele compareceu ao Senado ontem (5) para entregar o projeto do Orçamento de 2019 para o presidente do Senado, Eunício Oliveira. "Há um acordo informal com os membros da Comissão Mista de Orçamento para aguardar a eleição e assim ter participação também do próximo presidente eleito. O objetivo é esse", explicou.

O ministro também confirmou a intenção do presidente Temer de recuar nos cortes ao Programa Bolsa Família. A peça orçamentária destina recursos para o programa apenas durante o primeiro semestre de 2019. O pagamento dos benefícios a partir de julho dependeria da aprovação de um projeto de crédito a ser enviado pelo próximo presidente. Ele explicou que



Ministro Esteves Colnago entrega a Eunício Oliveira a proposta de Lei Orçamentária Anual para 2019.

Temer pediu estudos para avaliar a possibilidade de substituir o Bolsa Família por outro tipo de despesa na relação das que não terão recursos garantidos

para o segundo semestre.

Essas despesas, segundo o ministro, não podem ser as vinculadas (obrigatórias), como é o caso de saúde e educação,

que têm um percentual mínimo garantido no Orçamento. "Nós estamos avaliando quais seriam essas possibilidades e devemos levar ao presidente uma proposta. Havendo essa decisão por parte do presidente, ele deve encaminhar uma mensagem modificativa", explicou.

Um dos destaques é o salário mínimo, que vai ultrapassar R\$ 1 mil pela primeira vez desde a adoção do Plano Real, em 1994. A previsão do governo é o valor do salário mínimo passar dos atuais R\$ 954 para R\$ 1.006 a partir de 1º de janeiro de 2019. O governo prevê, ainda, crescimento de 2,5% do PIB, inflação de 4,25% e meta de resultado primário de até R\$ 139 bilhões negativos no próximo ano. Para ajudar no cumprimento dessa meta, Temer decidiu adiar o reajuste do funcionalismo público para 2020 (Ag.Senado).

Recurso de Lula ao Supremo terá rito normal

A presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Rosa Weber, disse ontem (5) que vai seguir o rito processual para analisar o recurso no qual a defesa do ex-presidente Lula pretende reverter, no Supremo Tribunal Federal (STF), a decisão que barrou o registro de candidatura à presidência da República nas eleições de outubro.

O recurso da defesa, protocolado no TSE, tem cerca de 180 páginas e insiste na tese sobre decisão de um comitê da ONU que permitiria a Lula disputar as eleições. A apelação deve ser analisada primeiro pela presidente do TSE. Se ela considerar que há questão constitucional a ser esclarecida, deve encaminhar o recurso de Lula ao Supremo, onde deve ser discutido em plenário.

De acordo com as regras processuais, a partir de agora, o Ministério Público Federal (MPF) e os candidatos e partidos que impugnaram a candidatura devem ser intimados para apresentar manifestação em três dias. Em seguida, caberá a decisão da ministra. Na semana passada, ao barrar a candidatura de Lula, a Corte eleitoral deu até 11 de setembro para que o PT substitua Lula na cabeça de chapa (ABR).

Latino-americanos na ONU promovem o isolamento de Maduro

Onze países que se reúnem no Grupo de Lima (Argentina, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai e Peru), encaminharão à ONU uma resolução em que condenam violações na Venezuela e incentivam o isolamento do atual governo. O Brasil, entretanto, não copatrocionou o documento. Caso a resolução seja votada, o Brasil votará a favor, uma vez que o governo brasileiro mantém seu "absoluto repúdio à violação sistemática" de direitos humanos por parte do governo do presidente Nicolás Maduro, como costumam repetir os negociadores brasileiros.

Os diplomatas que estão à frente das negociações, no entanto, afirmam haver a preocupação de que a Venezuela obtenha apoio junto aos países não alinhados, que englobam 115 nações entre africanos e asiáticos, além da Rússia e outros, o que poderia



Presidente venezuelano Nicolás Maduro.

levar à rejeição da proposta. Na visão brasileira, mesmo que aprovada, se a resolução obtiver número expressivo de votos contrários, não contribuirá para o reforço da pressão internacional contra o regime venezuelano.

O Grupo de Lima solicitou ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas para iniciar as consultas para discussão sobre o assunto na próxima semana. O objetivo é que órgão promova avaliações de denúncias e crimes envolvendo o governo

venezuelano. Com uma eventual aprovação no Conselho de Direitos Humanos, os países latino-americanos esperam que, pressionado, Maduro se fragilize e fique cada vez mais no isolamento.

Os representantes do Brasil costumam se manifestar, ressaltando casos de violações de direitos humanos, situações específicas de desrespeito aos dissidentes políticos, a ausência de liberdade de expressões, a falta de alimentos e o êxodo causado pelos migrantes na região. Nesta resolução, por exemplo, venceu a proposta sobre os problemas relativos à insegurança no país. Os brasileiros defenderam dar prioridade à abordagem sobre violações de direitos humanos. O texto tem 18 propostas, todas já reiteradas em várias oportunidades com apoio do Brasil. Com apoio dos não alinhados, o presidente da Venezuela promete reagir (ABR).

Aprovado parecer da privatização de distribuidoras da Eletrobras



Fernando Bezerra Coelho conduz reunião da CCJ em que projeto foi aprovado.

A Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou ontem (5) o parecer do senador Romero Jucá (MDB-RR) ao projeto que trata da privatização de seis distribuidoras da Eletrobras. O relatório foi apresentado sem alterações ao texto aprovado na Câmara, em julho. O projeto já havia sido aprovado em outras duas comissões da Casa, a de Infraestrutura e a de Assuntos Econômicos.

Apesar de estar liberado para o plenário, o texto só deve ser votado após o primeiro turno das eleições, devido a divergência de relatórios. Tanto o relatório de Jucá, quanto o do vice-líder do governo no Senado e relator do projeto na CAE, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), não modificam o texto aprovado pelos deputados, favorável à privatização das distribuidoras.

Já o relatório aprovado na Comissão de Infraestrutura, de autoria do senador Eduardo Braga (MDB-AM), retira do rol de empresas a serem privatizadas a Amazonas Distribuidora.

Diante disso, foi costurado um acordo de lideranças para que a votação da matéria ocorra somente após o dia 7 de outubro, data do primeiro turno das eleições. O texto deverá ir à votação no plenário no dia 9 de outubro. A intenção do governo é aprovar primeiro o texto base do projeto, para colocar depois em votação as alterações propostas pelo senador Braga.

Ao apresentar seu parecer, Bezerra Coelho excluiu uma emenda apresentada por Braga determinando que a União continuaria a prestar o serviço de distribuição de energia no Amazonas e que a prestação do serviço somente poderia ser feita "após a conclusão das obras de conexão de todos os municípios do citado Estado ao Sistema Interligado Nacional". Ao justificar a exclusão, Coelho disse que "a emenda se opõe ao objetivo da proposição, que é viabilizar a transferência para a iniciativa privada das distribuidoras controladas pela Eletrobras" (Ag.Senado).

Veículos: dispensa para reconhecer firma e autenticar cópias



Com o projeto, os órgãos públicos não serão mais obrigados a exigir o reconhecimento de firma.

Fim da obrigação de reconhecimento de firma, dispensa de autenticação de cópias e mais agilidade na transferência de veículos. Esses são alguns dos dispositivos do projeto aprovado no Senado. O texto segue para sanção da Presidência da República. O objetivo é de racionalizar e simplificar atos e procedimentos administrativos.

Do substitutivo enviado pela Câmara, a relatora, senadora Simone Tebet (PMDB-MS), acatou apenas o item que trata da instituição do Selo de Desburocratização e Simplificação e dos critérios para sua concessão. Ela disse que a burocracia hoje faz com que o país ocupe "a lanterna das facilidades em fazer negócios" no mundo. "Não é a toa que o Banco Mundial disse que o tempo perdido com a burocracia custava mais ao Brasil do que os impostos", declarou a relatora.

Com o projeto, os órgãos públicos não serão mais obrigados a exigir o reconhecimento de firma e poderão, em alguns casos, aproveitar certidões de um órgão

para o outro. O próprio servidor público poderá reconhecer a assinatura e autenticar documentos dentro do processo administrativo. Simone também destacou que o projeto tem um viés econômico, já que o cidadão não terá que gastar com autenticações e taxas cartoriais.

O senador Armando Monteiro disse que o Brasil precisa sair de uma cultura cartorial e avançar na agenda da simplificação e da desburocratização e que seu projeto implica também uma diminuição de custos para o cidadão. "O Brasil precisa simplificar a vida das pessoas", ressaltou. O senador Paulo Rocha (PT-PA) disse que as exigências burocráticas representam um atraso para a economia do país. Reguffe (sem partido-DF) afirmou que o poder público precisa continuar trabalhando pela desburocratização, enquanto Roberto Muniz (PP-BA) apontou que o projeto pode ajudar o Estado a ser mais rápido, eficiente, de pouco custo e que sirva ao cidadão (Ag.Senado).

Diário, dinâmico e objetivo...
para você que não tem tempo a perder

Especializado em Publicidade Legal (Atas, balanços, editais e outros).

Empresas & Negócios

Acesse... www.netjen.com.br

Alcemin aceita com Dilma parceria para trecho do Reduanel